

O “SENHOR ABSOLUTO DOS SERTÕES”. O “CAPITÃO PRETO” JOSÉ LOPES, A AMAZÔNIA E O CABO VERDE^{1*}

Rafael Chambouleyron
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumen: Este artículo discute las experiencias del cabo-verdiano José Lopes, figura influyente en los sertones de Río Negro, en la Amazonia de final del siglo XVII e inicio del siglo XVIII. Se trata de entender de qué manera su inserción en el mundo amazónico estuvo determinada no sólo por las redes de poder en las cuales se insertó, sino también en las especificidades de la sociedad y de la experiencia histórica cabo-verdiana de aquel momento.

Abstract: This article discusses the deeds of José Lopes, a Cape Verdean who became an influential and powerful figure in the hinterland of the Portuguese Amazon region, at the end of the seventeenth and beginning of the eighteenth centuries. To understand the nature of his actions one has to examine not only the political networks to which he was connected in the region, but also the specificities of the Cape Verdean historical experience and society at that time.

No início do século XVIII, o rei de Portugal ordenava ao Conselho Ultramarino que analisasse um relatório da Junta das Missões sobre o “preto José Lopes”². Aos papéis entregues ao Conselho estavam anexadas duas cartas escritas pelo próprio José Lopes. Eram assinadas de Anibá, no rio Negro, noroeste da Amazônia portuguesa, “onde assisto por ordem de V.S. reduzindo estes gentios, assim desta missão como as mais, à fé católica”, escrevia José Lopes ao governador do Maranhão, em abril de 1700.

Nessa primeira carta, José Lopes relatava os serviços que fazia aos missionários das Mercês e aos franciscanos da província da Pieda-

1.* Este texto é fruto de uma pesquisa que desenvolvo junto à Universidade Federal do Pará, intitulada “A coroa portuguesa e a Amazônia: natureza, economia e trabalho (1640-1706)”, que conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Seminário “Fronteiras do Brasil”, Porto Alegre, 12 a 14 de junho de 2006.

2. “S.º Joseph Lopez”. 9 de janeiro de 1701. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT], Conselho Ultramarino, Decretos, Livro 1, f. 215v.

de, ajudando-os na reunião dos índios e na organização das aldeias e missões da região, dando inclusive, “posse” a frei Antônio de Vila Viçosa, padre piedoso. Falava ainda das diversas missões que já existiam, como a de Anibá, do Urubu, do Matari, do Caribi e de Uatumã. Segundo ele, todos os índios estavam já “para virem ao grêmio da Igreja”. Louvava ainda a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Maranhão, cujo governo era “amparo deste Estado e consolação destes bárbaros”, que se tiravam do “cativeiro do Diabo”. Encomendava ainda a Francisco Fernandes Moura, “que tem obrado honradamente na missão do Caribi”.

Um mês depois escrevia nova carta ao governador, em que se regozijava pela correspondência que dele havia recebido, “por ordem do padre presidente e do capitão-mor Luís de Moraes [Bitencourt]”, através de um soldado da fortaleza do Gurupá. Relatava que tinha “praticado a todos os principais que estão debaixo do meu comando para qualquer aviso de V.S. de irmos todos a mostra geral com suas armas gentílicas”. Pedia armas e pólvora, para a eventualidade de ter que socorrer a fortaleza do rio Negro. Tendo sob seu controle mais de “seis mil arcos”, colocava-se à disposição para “qualquer função” do serviço real. Conforme havia solicitado o governador, relatava, havia distribuído ferramentas entre os índios, para que fizessem roças, “para haver bastantes mantimentos, se houver guerras, para que V.S. se possa socorrer deles para a infantaria”. Das coisas que havia feito, dizia, podia informar o padre piedoso frei Antônio de Vila Viçosa. Finalmente, contava ao governador que dos religiosos das Mercês e da Piedade havia recebido cartas em que mandavam “agradecer o zelo com que zelo as suas missões”.

Das peripécias desse misto de “feitor de missões” e comandante militar dos sertões, o rei pedira informações ao governador, que, em carta ao soberano, explicava as muitas obras que tinha feito, ao fundar aldeias, pacificar e descer índios. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho concluía que “este preto assiste há anos no sertão com notável procedimento, bom exemplo, e com particular indústria se faz amado dos gentios e entre todos os do rio das Amazonas, tem tal fama que os dos sertões mais remotos o buscam a que ele corresponde com muitas dádivas a sua custa”. Em razão dos seus serviços, resolvera fazer José Lopes “capitão daquele sertão”. Tais eram os benefícios de sua ação no sertão, que, tendo José Lopes “sua casa e mulher em Cabo Verde”, várias vezes lhe havia solicitado o africano embarcar-se para lá voltar, o que nunca havia consentido o governador.

Analisando todos os papéis, os conselheiros do Ultramarino insistiam no zelo com que obrava José Lopes no sertão. Argumentavam, igualmente, que o rei devia enviar a mulher do “preto” à custa da Fazenda real para o Estado do Maranhão. O soberano devia igualmente mandar que se lhe confirmasse a patente de “capitão do sertão”, embora sem soldo, e que, igualmente, se lhe desse uma medalha de ouro, como “estimação que V.M. faz do seu serviço e

atender ao que tem obrado nas missões”, explicava o presidente do Conselho Ultramarino³.

Em janeiro de 1701, em carta ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o rei resolvia que, em razão dos bons serviços do preto José Lopes, “procurando com a sua doutrina e bom modo reduzir os índios à religião católica”, se lhe pusesse medalha de ouro. Ordenava também ao governador que lhe propusesse que à custa da Fazenda real poderia buscar sua mulher em Cabo Verde. Finalmente, o rei confirmava a patente de capitão do sertão do distrito das missões dos mercedários⁴.

* * *

A história do “preto” José Lopes e suas peripécias pelos sertões da Amazônia chamam a atenção, principalmente, quando lembramos que se tratava de um africano do Cabo Verde, seguramente livre, dada a sua mobilidade e as honrarias com as quais fora agraciado. As suas andanças pelas missões e aldeias em uma região tão distante de Belém impressionam ainda mais, pois, ao contrário de outras regiões, não eram muitos os africanos que chegavam ao Estado do Maranhão naquela época, a maioria ficando ainda na cidade de São Luís.

Em sua tese de doutorado, David Sweet chama a atenção para José Lopes, como tendo sido auxiliar de frei Teodósio da Veiga, denominando-o um “leigo zeloso do Pará”. Embora não faça nenhuma referência à origem africana de José Lopes (afirma inclusive que receberia ajuda para trazer sua mulher do reino), argumenta que esse homem de fronteira parecia querer construir um “pequeno império” nos sertões de frei Teodósio da Veiga, e que possivelmente estava implicado no tráfico de escravos indígenas (Sweet, 1974: 310-311).

Em 1983, João Renôr publicou um artigo sobre despovoamento na Amazônia no qual defende a idéia de que José Lopes, “catequista leigo”, fora responsável pela instrução e conversão de diversas “comunidades indígenas” dos sertões do Amazonas. Auxiliando os mercedários nas suas missões e o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a organizar uma eventual defesa contra os espanhóis, José Lopes, segundo João Renôr, teria sido uma “espécie de governador” dos índios, o qual teria se oposto à “política de *despovoamento*” dos sucessores do governador Coelho de Carvalho. Na conclusão de seu artigo, o autor aponta para o “grandioso trabalho do catequista negro José

3. Todos estes documentos estão em: “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 17 de janeiro de 1701. Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Maranhão (Avulsos), caixa 10, doc. 1045. Estes documentos foram também publicados, ver: “Documentos sobre o preto Joseph Lopes Espínola que foi catequista entre os indígenas do rio Urubu e na missão de Anibá”. Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, (1983, 14: 393-401.)

4. “Para o governador do Maranhão. Sobre a medalha de ouro que se manda lançar ao pescoço de Jose Lopes pelo bom serviço que tem feito na persuasão dos indios e religião catholica”. 28 de janeiro de 1701. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [ABNRJ], (1948, 66: 208-209.)

Lopes Espíndola [sic] fazendo a união geral dos índios e organizando-os em comunidades de trabalho e cultura”; essa obra teria sido desestabilizada pelos governadores do Estado do Maranhão (Renôr, 1983: 253, 256 e 260)⁵.

Anos depois, em 1998, Sérgio Ricardo Coutinho retomou a idéia do vínculo de José Lopes aos mercedários, que haviam se instalado na região do Urubu. Para ele, o africano seria uma espécie de ajudante de frei Teodósio da Veiga. Com a morte do religioso, que se dera provavelmente em 1697, Sérgio Coutinho argumenta que o cabo-verdiano procurara tranqüilizar os indígenas, “pois ao mesmo tempo em que estavam sentidos com a morte do seu missionário, estavam ‘receosos’ de que os portugueses pensassem que o tinham matado”. Assim, o cabo-verdiano seria na verdade um assistente do missionário mercedário, que com sua morte, teria assumido a direção da missão, e que, em função de seus serviços, teria sido promovido de “simples ‘catequista’” a “‘Capitão do Sertão’” (Coutinho, 1998: 14)⁶.

Essas hipóteses parecem-me pouco prováveis. E é sobre outras perspectivas para entender o caso do “capitão preto”, que quero falar aqui. Não há dúvida do papel que assumira José Lopes nas missões das ordens religiosas no sertão amazônico, notadamente a dos mercedários e a dos franciscanos da província da Piedade, citados pelo próprio africano em suas cartas. Mas ver em José Lopes um catequista leigo, como querem João Renôr e Sérgio Coutinho, é não dar conta da complexidade de sua ação e do seu papel de mediador entre os portugueses e os indígenas no comércio dos sertões. Essa perspectiva fica clara quando começam a chegar denúncias sobre o capitão na corte.

De fato, de acordo com uma carta régia de outubro de 1702, Fernão Carrilho, que fazia as vezes de governador do Maranhão, acusara o capitão-mor do Gurupá, Luís de Moraes Bitencourt, de não executar ordem sua para prender o “capitão preto José Lopes de Espínola”. Segundo a carta, Luís de Moraes não só não o detivera como ainda o favorecera “pela conveniência de suas negociações, indo o dito preto desobediente e sem licença sua”⁷. Numa outra carta escrita na mesma data, o rei referia-se a outra acusação de Fernão Carrilho, para quem José Lopes se “havia feito senhor absoluto dos sertões, resgatando por si e por intervenção de outras muitas pessoas, quantos escravos quer, os quais remetia a seus obrigados que não eram poucos e por esta causa diziam dele todos maravilhas”. Relatava-se ainda, que o cabo-verdiano saíra de Belém para o sertão com oito canoas, com a proteção do capitão-mor José Duarte Franco⁸.

5. Os documentos haviam sido apresentados por João Renôr pouco tempo antes, ver: Renôr, 1982: 176-178.

6. Parte do artigo foi publicada mais tarde com alguns acréscimos. Ver: Coutinho, 2001.

7. “Para o mesmo. S.º a ordem q. Fernão Carrilho mandou ao capp.ºm da fortaleza do Gurupá Luis de Moraes Bitancor p.º prender a Joseph Lopes de Espinolla q. não deu a execução”. 27 de outubro de 1702. AHU, códice 268, f. 174.

8. “P.º a o mesmo. S.º as queixas q. fes Fernão Carrilho do capitão Joseph Lopes de Espinolla”. 27 de

Tais acusações haviam deixado a Coroa perplexa, pois as informações que passara Fernão Carrilho eram totalmente contrárias a outras anteriores, inclusive aquelas enviadas pelo antigo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que levaram o rei a dar a José Lopes uma medalha de ouro. Pouco tempo depois, também numa carta régia, fazia-se alusão à morte do “capitão preto”, que era ainda acusado de fazer guerra aos índios e repartir as “peças” pelas pessoas de sua confiança⁹.

* * *

Afinal, como entender o papel de José Lopes nos sertões? O que fazia nos rios da Amazônia? A quais grupos se vinculava e como havia consolidado o seu poder?

Parece-me que José Lopes consolidara seu poder atrelado a Hilário de Sousa de Azevedo, que fora capitão-mor do Pará na década de 1690¹⁰. De fato, o padre jesuíta luxemburguês João Felipe Bettendorf refere-se ao “tapanhuno” José Lopes como “feitor de seus negócios, assim para cravo, como para cacau e escravos por aquelas bandas”.

Não era ele o único africano a rondar os sertões; o padre Bettendorf cita também “outro tapanhuno, escravo do capitão Manuel Guedes” (que fora capitão-mor do Gurupá), como sendo ajudante de José Lopes. Outro “tapanhuno” experimentado dos sertões era Antônio da França, “crioulo do sr. França, da ilha da Madeira”. Segundo o religioso, em uma entrada organizada pelo governador Rui Vaz de Siqueira ao Jurunas (na década de 1660), os portugueses foram atacados por uma nação de índios, refrega da qual se salvaram poucos, dentre os quais Antônio da França, o qual “com sete flechadas, invocando sempre Nossa Senhora do Rosário, (...) pôde por milagre escapar ele e livrar com a valentia de sua espada uns poucos, que sem isso haviam de ficar mortos todos”. Por este serviço, no qual salvara “muitos brancos da morte com a destreza de sua espada” e outros, tentara o Antônio de França conseguir o hábito de Cristo, que lhe fora negado por intercessão do próprio padre Bettendorf, à instância de outro religioso da Companhia, segundo relata o jesuíta luxemburguês (Bettendorf, 1990: 37-38 e 237-238; Coutinho, 1998: 14). Anos depois, em uma longa viagem de visita às missões dos padres das Mercês, saindo do rio Negro em direção ao Solimões, a comitiva de frei Manuel da Esperança

outubro de 1702. AHU, códice 268, f. 174v.

9. “Para o governador geral do Maranhão. Sobre se lhe ordenar averigüe o procedimento do preto Jose Lopes Espinola e achando ser a guerra que foi fazer ao certão injusta faça pôr em liberdade os escravos nella”. 14 de novembro de 1703. ABNRJ, (1948, 66: 255.)

10. Em setembro de 1690, informava-se da ordem do rei para que se passasse carta patente a Hilário de Sousa de Azevedo “do posto de capitão-mor da capitania do Pará, por tempo de três anos”. “Bilhete do escrivão Manuel Filipe da Silva”. Lisboa, 22 de setembro de 1690. AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 287. A carta-patente de nomeação é de novembro do mesmo ano: “Hilario de Souza de Azevedo. Capitão mor do Pará”. 9 de novembro de 1690. AHU, códice 121, ff. 11v-12.

chegara “aonde estava fazendo cacau o preto do capitão Pedro da Silva, por nome Pedro”¹¹.

É difícil saber ao certo quantos africanos, escravos ou não, serviam a seus senhores nos sertões. Mais difícil ainda é saber o que levava a José Lopes ao sertão do rio Negro e lhe permitira alcançar tanto poder sobre tantas nações de índios. Seguramente, o fato de ser “feitor” de Hilário de Sousa aproximava o cabo-verdiano dos padres piedosos, de que ele tanto fala. De fato, o capitão-mor do Pará fora muito vinculado aos religiosos da Piedade¹². Mais uma vez a fonte aqui é a *Crônica* do padre Bettendorf. Segundo o religioso, Hilário de Sousa e sua mulher Maria de Siqueira haviam fundado uma “bela ermida” de São José, em Belém, que fora depois de sua morte deixada aos piedosos, “com tudo que lhe pertencia”. O capitão-mor morrera na expedição do que organizara o governador ao sertão, cujo relato foi feito por frei Manuel da Esperança. De acordo com o padre Bettendorf, o capitão-mor, adoentado durante a expedição, “recebidos todos os sacramentos, faleceu com a assistência dos reverendos padres piedosos”. O jesuíta relata ainda

“deixou por herdeira Maria de Siqueira, sua mulher, e sua ermida de São José aos reverendos padres piedosos, para lá morarem, mandando se lhe fizesse convento para isso; deixou vinte peças a cada sobrinha de sua mulher e a seu sobrinho José de Sousa, para ser clérigo, um cacocal e quantidade de missas para sua alma” (Bettendorf, 1990: 23, 30 e 620)¹³.

Por outro lado, Hilário de Sousa, além de amigo dos piedosos, era muito experimentado nos sertões. De acordo com o seu “currículo”, resumido pelo Conselho Ultramarino, por ocasião de sua nomeação para capitão-mor do Pará, Hilário de Sousa tinha servido como soldado, alferes e capitão de infantaria, no Estado do Maranhão. Mais ainda, em meados da década de 1670, havia entrado pelo rio Urubu, a “deixar compostas as alterações que havia com aquele gentio”. O documento refere-se igualmente ao fato de que o capitão comerciara com os índios, “pagando-lhes as peças por mais de seu justo preço”, clara alusão ao negócio de escravos resgatados – “peças” – comercializados pelos portugueses. Segundo o mesmo documento, Hilário de Sousa havia ainda mandado “praticar” aos principais dos índios dos sertões de Caribi e Anibá, “que estavam metidos pelos matos, pelas vexações que recebiam dos brancos”, para o qual os convencera com “dádivas” para que permitissem se pudesse ir a suas terras; descera igualmente índios do rio Negro, “que pôs

11. “Relação da jornada que eu Fr. Manoel da Esperança sendo vigr.^o gr.^{al} fiz ao certam a visitar a missam do rio Negro”. Biblioteca da Ajuda [BA], códice 51-VII-27, f. 121.

12. Vale a pena lembrar que outro “aliado” de José Lopes, o capitão-mor do Gurupá, Luís de Moraes Bitencourt, era também amigo dos padres piedosos, a quem mandara construir a sua custa um hospício na fortaleza. Ver: “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 12 de novembro de 1700. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 10, doc. 1024.

13. Sobre a morte do capitão Hilário de Sousa, ver também: “Relação da jornada que eu Fr. Manoel da Esperança sendo vigr.^o gr.^{al} fiz ao certam a visitar a missam do rio Negro”, ff. 125v-126.

em uma aldeia com dispêndio de sua fazenda”. Finalmente, além de sertanejo, o capitão Hilário de Sousa era acostumado às guerras contra os índios, pois participara de uma guerra contra os Aruaquis e Carapitenas, feita a sua custa e “risco de sua pessoa”, em que matara muitos e fizera mais de 500 prisioneiros.¹⁴ Além dessa guerra, o capitão participara de várias outras mandadas fazer pelos governadores¹⁵. Velhos e intensos pareciam ser, assim, os interesses e vínculos do “patrão” de José Lopes com o sertão do rio Negro, com os padres piedosos, com o trato de escravos resgatados e com as guerras contra os índios.

* * *

As aventuras do “capitão preto” José Lopes podem nos ajudar a pensar o papel de africanos como mediadores entre portugueses e índios. José Lopes pertencia a um mundo africano, e sendo seguramente livre, não havia sido incorporado e integrado a partir dos mecanismos do tráfico e da escravização.

Como o cabo-verdiano chegara ao Estado do Maranhão não podemos saber. Talvez, José Lopes viesse com o próprio capitão Hilário de Sousa de Portugal, ou quiçá este capitão tivesse estado nas ilhas ou no continente africano, antes de vir ao Estado do Maranhão. Sérgio Coutinho levanta a interessante hipótese de ter José Lopes fugido das Índias de Castela para o Maranhão português, o que talvez explicasse a “sonoridade ‘hispânica’” do seu nome, “Espínola”. Por outro lado, Coutinho também indica provisões da década de 1660 e de 1680 que determinavam o envio de africanos da Guiné para o Estado do Maranhão (Coutinho, 1998: 13-14).

Na década de 1680, a criação da Companhia de Comércio do Maranhão (instituída em 1682 e extinta em 1685) significou, na prática, a chegada de três navios vindos da Guiné. Na verdade, no século XVII, o tráfico negreiro para a Amazônia se concentrou na década de 1690, justamente a época de atuação do “capitão preto” no sertão do Urubu; os principais assentos foram estabelecidos com a Companhia de Cabo Verde e Cacheu (1692, 1693 e 1695) e depois com Antônio de Ocanha e Manuel Vilar (1696, 1698). Todos esses contratos – dos quais chegaram ao Maranhão navios carregando escravos africanos em 1693, 1695, 1696, 1698 – se organizaram a partir da costa da Guiné e do Cabo Verde (Chambouleyron, 2006: 98-99).

Ao longo do século XVI, estabelecera-se uma ligação umbilical entre a costa da Guiné e o Cabo Verde, como já discutiu Antônio Carreira (Carreira, 1968: 73, 78). Por outro lado o Cabo Verde servira de posto de aclimação de escravos para o tráfico americano (Carreira, 1982: 6). As ilhas tiveram, assim, um papel fundamental para a consolidação das relações comerciais dos portugueses com

14 “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 20 de fevereiro de 1690. *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 281.

15 Ver: (Sweet, 1974: 729-733 e Chambouleyron, 2005: 245-246.)

a costa africana, principalmente no século XVI (Cohen, 1995: 192). O próprio nome que se dera à costa – Guiné do Cabo Verde –, já denota a íntima relação entre as ilhas e o continente, a partir das trocas que se estabeleciam entre as duas áreas (Boulègue, 2006: 45). Entretanto, a partir de meados do século XVII, o arquipélago perde a preeminência na organização do tráfico atlântico em relação à costa, com a ascensão em importância da praça de Cacheu. Mesmo assim, as ilhas do Cabo Verde não perdem o seu papel como escala das rotas atlânticas (Baleno, 2002: 158-167 e 177-178).

No século XVII, o Cabo Verde e a costa da Guiné eram a principal rota do incipiente tráfico maranhense, em função da própria relativa facilidade de navegação entre essa parte da África e o Estado do Maranhão¹⁶. Essa perspectiva se expressava em diversas opiniões de moradores ou autoridades. Em seu “Papel político sobre o Estado do Maranhão”, o capitão-mor Manuel Guedes Aranha defendia que as capitânicas do Estado se governassem separadamente, por aqueles nascidos na terra, pois “com isto qualquer conquista pode melhorar muito, ter portos livres, e os pretos que for possível, pois, como Cabo Verde fica à mão, alguns curiosos haverá para os trazer” (Aranha, 1883: 39-40). Já na década de 1690, João de Moura defendia o estabelecimento de um assento com escravos do Cabo Verde, lembrando que dos lugares de onde se tiravam escravos o arquipélago era a terra “mais vizinha com a do Pará”¹⁷. Poucos anos antes, sendo ouvido por uma junta dos negócios do Maranhão, instituída pelo rei, o governador Gomes Freire de Andrade, ao comentar as dificuldades que tinham os moradores para a compra de seus escravos, advertia que “a principal razão porque não querem negros da Guiné, [é] o custarem-lhes a 100 mil réis, e não porque avaliem por melhor reputação os de Angola, como os padres dizem nos seus papéis, antes estimam os de Cabo Verde por menos rudes e por mais vivedouros”¹⁸.

Na verdade, a viagem pelo Cabo Verde era usada para a navegação para o Estado do Maranhão, em muitos casos de forma independente da viagem à Guiné. As rotas que conectavam a Amazônia colonial, pelo menos até começos do século XVIII, se concentravam no que poderíamos chamar de Atlântico equatorial e também no Atlântico norte. Isso significava que os arquipélagos de Açores, Cabo Verde e Madeira serviam de entreposto para a navegação com o reino. As referências à rota pelo Cabo Verde são várias.

A viagem do célebre padre jesuíta Antônio Vieira ao Maranhão, na caravela Nossa Senhora das Candeias, feita na década de 1650, passara pela Madeira e arribara ao arquipélago do Cabo Verde, “depois de trinta dias de viagem,

16 Para uma visão geral do tráfico negreiro e as ilhas de Cabo Verde, no século XVII, ver: (Carreira, 1982: 12-14 e Baleno, 2002: 206-217.)

17 “Papel feyto por João de Moura sobre se augmentar o Estado do Maranhão e Pará”. BA, códice 54-XIII-4, nº 42c, f. 2.

18 “Consulta da Junta dos Negócios do Maranhão a Dom Pedro II”. 2 de dezembro de 1686. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 763.

obrigados de tempestades, corsários e outros trabalhos e infortúnios que nela se padeceram” (Vieira, 1997: 282)¹⁹. Outro jesuíta que chegara ao Maranhão fazendo escala no Cabo Verde fora o padre João Felipe Bettendorf, também depois de ter passado poucas e boas no mar (Bettendorf, 1990: 151)²⁰.

Pouco tempo depois da viagem do padre Vieira, o mestre Manuel Brás Lopes se via envolvido numa viagem irregular de Lisboa ao Maranhão, que passaria pelas ilhas do Cabo Verde. Segundo o Conselho Ultramarino, sabendo-se que a nau do mestre Lopes, *Nossa Senhora de Nazaré*, faria jornada ao Maranhão sem licença, mandara-a apreender para averiguações. Tiradas as testemunhas pelo juiz da Índia e da Mina, um cidadão de Lisboa, que alegava conhecer bem ao mestre, dissera que o mestre Brás Lopes faria escalas na Madeira e no Cabo Verde antes de rumar para o Maranhão. Este caso preocupara ao Conselho Ultramarino porque dizia respeito a jornadas feitas sem licença real; entretanto, como o problema era mais geral e também pelo “prejuízo do comércio e dano que recebem os interessados nesta embarcação”, o próprio Conselho acabou sendo de parecer que se permitisse a viagem ao Maranhão fazendo-se escala no Cabo Verde²¹.

As ligações com Cabo Verde, ao que parece, não se davam somente no sentido reino-Maranhão. Por ocasião da chamada *revolta de Beckman*, em 1684-85, um dos amotinados, irmão do líder da revolta (Manuel Beckman), Tomás Beckman, fora enviado pelos revoltosos para a corte, apresentar as demandas dos moradores da cidade de São Luís. Entretanto, o enviado detivera-se em Cabo Verde, onde fora preso escondido numa igreja pela tripulação da segunda nau em que ia uma tropa para a supressão da revolta. Segundo relata o governador enviado para suprimir o levante, o patacho que prendera Tomás Beckman no arquipélago se detivera ali principalmente porque havia notícias de que o revoltoso se escondera nas ilhas²².

Entre Lisboa, o Maranhão, e o Cabo Verde, portanto circulavam notícias; mas também circulavam idéias e praticas. Exemplar é o caso de João Segundo, cativo de João Egres, “estrangeiro hamburguês, homem de negócio na cidade do Grão-Pará”. De acordo com Lourenço Rodrigues, “mancebo” do patacho *São João Batista e Nossa Senhora da Conceição*, que fora de Cabo Verde ao

19 Para uma descrição dos dessa viagem, ver: “Relaçã da viajem da caravella em que ia o P. Manuel de Lima ao Maranhão e os P.P. Antonio Vieyra, Matheus Delgado e M.^{el} de Sousa. 1653”. *Biblioteca Pública de Évora*, códice CXV/2-13, ff. 324-325v.

20 As recorrentes descrições das agruras das viagens presentes nos relatos dos missionários parecem ser em parte mais recursos do sentido devocional de seus relatos que registro fidedigno de suas aflições. Ver: (Pécora, 2001.)

21 “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom João IV”. 15 de outubro de 1654. *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 3, doc. 350.

22 “Carta do governador Gomes Freire de Andrade a Dom Pedro II”. São Luís, 13 de julho de 1685. *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 721. A esse respeito, ver também: Moraes, 1877: 397; Bettendorf, 1990, 402; Berredo, 1749: 620; este autor afirma que o patacho tomara o Cabo Verde obrigado por “ventos contrários”.

Maranhão, o tapanhuno João Segundo lhe dissera que tinha “certa coisa” que lhe protegeria do fogo e de armas – duas bolsas, uma menor que a outra. Já no Pará, um companheiro de embarcação, achando as bolsas suspeitas, resolveu lançá-las ao fogo. Não há dúvida, apesar de as bolsas terem se perdido, que a rota do Cabo Verde fora assim fundamental para a primeira introdução das práticas religiosas africanas no Estado do Maranhão e Pará²³.

Havia também até aqueles, como o recém-nomeado governador Artur de Sá e Meneses, que se lamentava da rota pelo Cabo Verde; em uma representação apresentada ao Conselho Ultramarino, Sá e Meneses queixava-se que no navio em que ia para o Maranhão se mandavam também 30 soldados que ficariam em Cabo Verde. Segundo ele, “a experiência tinha mostrado que todos os navios que vão para as conquistas, se tomavam Cabo Verde, lhes adoeciam a maior parte da gente e das doenças procediam muitas moléstias”, como inclusive acontecera ao seu antecessor, Gomes Freire de Andrade. Entretanto, advertia o Conselho Ultramarino, não se podia alterar o que fora ajustado com o capitão do navio e mais ainda, o momento da viagem era o mais apropriado em relação às doenças; o que se podia fazer era ordenar que chegando ao Cabo Verde, não se consentisse que “nenhum dos passageiros e marinheiros” saísse a terra²⁴.

Mas não só a existência de uma rota Maranhão-Cabo Verde explica a presença de José Lopes no sertão amazônico. Há elementos na própria constituição da sociedade cabo-verdiana seiscentista que ajudam a entender o lugar que conquistara na própria Amazônia. De fato, a sociedade escravista que se constituiu no arquipélago de Cabo Verde estava marcada pela presença de dois grupos significativos que nos ajuda a pensar nas andanças e aventuras de José Lopes como no sertão do Urubu.

O primeiro deles é o dos *lançados* ou *tangomãos*. Esses indivíduos de origem portuguesa construíram uma significativa relação com a costa da Guiné, desde o século XVI, quando foram combatidos pela Coroa, que inicialmente os viu como “concorrentes ao trato régio” (Torrão, 1991: 250). Como esclarece Boubacar Barry, “a estreita ligação entre esses euro-africanos e o arquipélago do Cabo Verde constitui um dado de sua história social e econômica”. Participando dos circuitos comerciais da costa esses luso-africanos se “incrustam solidamente nos rios do sul por meio de casamentos com as populações locais” (Barry, 1988: 122-123). Segundo Philip Curtin, os *lançados* se tornaram importantes “mediadores” entre a população das ilhas do Cabo Verde e a costa, e também intermediários de comerciantes estrangeiros. Cada vez menos portugueses, com o passar do tempo – a ponto de em finais do século XVII não se distinguirem mais dos próprios africanos, defende Curtin – os “afro-portu-

23 “João Segundo feitos.^{as}”. 1693. *IAN/TT*, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, livro 263, f. 274.

24 “Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 7 de dezembro de 1686. *AHU*. Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 766.

gueses” construíram, a partir dos anos 1630, uma rede de comércio que se estendia do Cabo Verde (na costa) até o rio Gâmbia. O auge de sua atuação na costa africana foi, justamente, do século XVII até a década de 1730 (Curtin, 1975: 95-100).

Uma outra característica da sociedade cabo-verdiana dos tempos modernos é a importância da população negra livre. O desenvolvimento da realidade colonial conformou um grupo cada vez mais significativo de negros forros, alforriados e descendentes de livres (Carreira, 1982: 23-24). O processo de consolidação desse grupo social se deu a partir do século XVI e significou que para muito deles as alternativas de sobrevivência passavam muitas vezes pelo atrelamento a senhores, “oferecendo-se como capangas ou serviçais” ou entregando-se à mendicância ou caindo na marginalidade (Baleno, 1991: 165). Segundo António Correia e Silva, a alforria era um “fenómeno frequente na sociedade escravocrata cabo-verdiana”. Ela significou o estabelecimento de uma “nova forma de dependência social, expressa amiúde na utilização pelo forro do sobrenome do senhor ou pela sua instalação nas terras deste”. Com o passar do tempo, crescia o número de negros forros, “vivendo na dependência dos grandes escravocratas”. Assim, os forros se tornaram uma “categoria de classificação, uma identidade social estável” (Silva, 1995: 347, 349, 351). Como explica Maria Emília Madeira Santos, “a primeira sociedade escravagista do mundo atlântico foi também a primeira em que a grande maioria dos escravos passou à condição de forros, provocando uma mudança social abrupta, substantivada numa nova relação: antigo senhor/antigo escravo, evoluindo rapidamente para a relação ‘homem poderoso’/forro” (Santos, 2002: 146-147).

A existência dessa crescente população forra enseja uma série de conflitos sociais que, segundo Maria Madeira Santos, significam uma “mudança a partir de dentro da sociedade que não remunera o trabalho assalariado, lhes cobra rendas inoportáveis sobre terras pobres e os integra numa milícia defensora de interesses que não são os seus” (Santos, 2002: 152).

Mas é hora de fazermos a torna-viagem e zarparmos do Cabo Verde à Amazônia.

* * *

As peripécias do “capitão preto” no sertão amazônico parecem ganhar novas cores ao pensarmos as especificidades de seu mundo de origem, as ilhas do Cabo Verde. De fato, o seu espaço na sociedade do Estado do Maranhão parece ter se construído a partir dos laços de dependência que estabeleceu (infelizmente não sabemos como) com o capitão-mor Hilário de Sousa de Azevedo. Tal qual a população forra e livre negra das ilhas, o lugar social de José Lopes numa sociedade escravista passara pela sua inserção na rede de relações de um dos poderosos locais – o capitão-mor do Pará – que, pouco a pouco, galgava posições no interior da burocracia portuguesa. É significativo o fato de que o falecimento de seu protetor determinou a própria “desgraça” do

cabo-verdiano (no finalzinho da década de 1690); logo no início do século XVIII, como vimos, chegavam à Corte as primeiras denúncias contra José Lopes. Como relatou o padre Bettendorf, sobre a presença nos sertões do cabo-verdiano e de outro africano, escravo do capitão-mor Manuel Guedes Aranha, “como já ambos lá estão escusados, depois da morte de Hilário de Sousa se tiraram de lá” (Bettendorf, 1990: 38).

Mais especificamente, o poder de José Lopes foi consolidado ao se tornar intermediário dos negócios no sertão, de portugueses como o capitão-mor do Pará, o capitão-mor do Gurupá, outras autoridades e missionários. Ao mesmo tempo, a atuação de José Lopes avigorava a própria força dessas autoridades nos sertões. Certamente, José Lopes se inserira em uma rede já existente de tráfico indígena, conquistando ali um lugar proeminente, a ponto de ameaçar outros interesses, como os do loco-tenente Fernão Carrilho, que se queixou à corte do poder excessivo que o cabo-verdiano ganhara. José Lopes se tornara *mutatis mutandis* num *lançado* nos rios da Amazônia. Estabelecera relações com as nações indígenas do rio Urubu, no que sua interlocução com os frades piedosos e padres mercedários fora fundamental, apropriando-se da própria inserção que tinham os religiosos entre os grupos nativos, e ao mesmo tempo, servindo igualmente aos interesses das ordens religiosas. Entre as nações dos rios Negro e Urubu interviu a favor dos interesses portugueses, relacionados à defesa do território e ao tráfico de escravos indígenas.

A experiência de José Lopes remete igualmente ao papel desempenhado pelos *cunhamenas* na Amazônia, principalmente no século XVIII. Segundo Barbara Sommer, os descimentos de índios, feitos por missionários, eram acompanhados por soldados – em geral mestiços ou mamelucos – que muitas vezes constituíam vínculos familiares com grupos indígenas do sertão. Vários desses indivíduos se estabeleciam no interior da Amazônia, por meio do parentesco, passando a exercer um papel central nos descimentos e na venda de escravos indígenas (Sommer, 2005: 418-419; Sweet, 1974: 664-671). A partir da segunda metade do século XVIII, esses poderosos do sertão serão duramente combatidos pelas autoridades, que passaram a ver nos *cunhamenas* uma ameaça ao domínio da Coroa (Sommer, 2006).

Se há algo que chama a atenção no caso de José Lopes é que o seu papel de mediador não passava necessariamente pela mestiçagem, caso de alguns *cunhamenas* e das diversas “castas” que se formaram na América portuguesa e serviram de intermediárias entre o mundo indígena e o mundo português, como era, principalmente, o caso dos chamados *mamelucos*. Parece significativa, nesse sentido, a declaração do governador do Maranhão de que José Lopes lhe solicitara várias vezes autorização para voltar para sua “casa e mulher” no Cabo Verde. Talvez, o estabelecimento de vínculos familiares não tivesse sido fundamental para a consolidação de seu lugar e poder nos sertões. Não se razão, a identidade de José Lopes é várias vezes afirmada, como se tivesse um significado em si. A sua mediação foi construída politicamente (o que, no

mundo moderno não exclui a família, de qualquer modo), principalmente, ao se inserir em duas redes de poder muito específicas do mundo amazônico: a rede missionária e o tráfico de escravos indígenas.

Um africano nos sertões, deste modo, não significava necessariamente um “preto fujão” ou um negro aquilombado. É bem verdade que as acusações contra o cabo-verdiano estavam moldadas de maneira a incriminá-lo em práticas reprovadas pela Corte. As queixas de seus inimigos, às quais se refere o rei em suas cartas, estavam seguramente escritas de modo também a construir um sentido (no caso, prejudicial a José Lopes). A documentação incorpora, assim, os conflitos entre os diversos grupos e indivíduos na sociedade colonial – como, por exemplo, os que opunham Fernão Carrilho ao capitão-mor do Gurupá – nos quais José Lopes fora inserido por seus acusadores. Mesmo assim, a possibilidade de um africano participar de negociações entre nações indígenas para o resgate e cativo de escravos nativos parecia perfeitamente plausível para a Coroa, que mandara investigar as queixas.

José Lopes parecia estar por trás de uma rede de escravização de índios que seguramente contava com o apoio das nações indígenas suas aliadas, à semelhança do que fizeram os holandeses na região (Farage, 1991: 85-119), ao longo do período colonial, ou os próprios africanos da Guiné, que José Lopes seguramente bem conhecia. A sua relação com os missionários, principalmente com os mercedários, reforça essa hipótese, pois a ordem das Mercês havia sido recorrentemente acusada de traficar escravos indígenas nos sertões.

A história do preto José Lopes remete ao problema, apontado por David Sweet e Gary Nash, sobre a luta pela sobrevivência num mundo crivado por profundas desigualdades de cor e de classe. Segundo eles, é preciso estar atento a “que nada era realmente fixo na vida colonial; que as instituições, embora violentamente opressoras, eram geralmente permeáveis; que as relações informais de poder eram tão importantes como as formais” (Sweet & Nash, 1981: 5-6).

Assim, o caminho encontrado pelo cabo-verdiano – apesar de todas as restrições que poderia sofrer a sua ação, num mundo marcado pelas desigualdades que caracterizavam uma sociedade escravista – é sem dúvida um dos muitos que podiam trilhar os indivíduos no mundo da Amazônia colonial.

Em 1693, o padre João de Sousa Ferreira escrevia um manuscrito intitulado “America abreviada”, em que descrevia o Maranhão e suas riquezas. O final de seu texto constituía-se num diálogo entre um *Ortelão* e um *Pastor*, sobre as potencialidades da região. Em um determinado momento, o *Pastor* argumentava que “sempre de muita utilidade é haver alguns tapuios entre os pretos, ainda quando não fosse mais que para práticos dos seus rios e matos, por filhos deles” (Ferreira, 1894: 145). A história de José Lopes indica também que era de muita utilidade também que houvesse pretos entre os tapuios, revelando outras possibilidades da integração dos africanos ao mundo amazônico.

Fuentes y Bibliografía

“Relação da viagem da caravella em que ia o P. Manuel de Lima ao Maranhão e os P.P. Antonio Vieyra, Matheus Delgado e M.^{el} de Sousa. 1653”. *Biblioteca Pública de Évora*, códice CXV/2-13, ff. 324-325v.

“Consulta do Conselho Ultramarino a Dom João IV”. 15 de outubro de 1654. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Maranhão (Avulsos), caixa 3, doc. 350.

“Carta do governador Gomes Freire de Andrade a Dom Pedro II”. São Luís, 13 de julho de 1685. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 721.

“Consulta da Junta dos Negócios do Maranhão a Dom Pedro II”. 2 de dezembro de 1686. *Arquivo Histórico Ultramarino*. Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 763.

“Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 7 de dezembro de 1686. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 766.

“Papel feyto por Joaõ de Moura sobre se augmentar o Estado do Maranhão e Pará” (c. 1690). *Biblioteca da Ajuda*, códice 54-XIII-4, n° 42c.

“Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 20 de fevereiro de 1690. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 281.

“Bilhete do escrivão Manuel Filipe da Silva”. Lisboa, 22 de setembro de 1690. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 287.

“Hilario de Souza de Azevedo. Capitão mor do Parã”. 9 de novembro de 1690. *Arquivo Histórico Ultramarino*, códice 121, ff. 11v-12.

“Joaõ Segundo feitos.^{as}”. 1693. *Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo*, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, livro 263, f. 274.

“Relação da jornada que eu Fr. Manoel da Esperança sendo vigr.^o gr.^{al} fiz ao certam a visitar a missam do rio Negro”. *Biblioteca da Ajuda*, códice 51-VII-27, ff. 120-126v.

“Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 12 de novembro de 1700. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Maranhão (Avulsos), caixa 10, doc. 1024.

“S.^e Joseph Lopez”. 9 de janeiro de 1701. *Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo*, Conselho Ultramarino, Decretos, Livro 1, f. 215v.

“Consulta do Conselho Ultramarino a Dom Pedro II”. 17 de janeiro de 1701. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Maranhão (Avulsos), caixa 10, doc. 1045

“Para o governador do Maranhão. Sobre a medalha de ouro que se manda lançar ao pescoço de Jose Lopes pelo bom serviço que tem feito na persuasão dos indios e religião catholica”. 28 de janeiro de 1701. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 66 (1948), pp. 208-209.

“Para o mesmo. S.^e a ordem q. Fernão Carrilho mandou ao capp.^{am} da fortaleza do Gurupá Luis de Moraes Bitancor p.^a prender a Joseph Lopes de Espinolla q. não deu a execuçaõ”. 27 de outubro de 1702. *Arquivo Histórico Ultramarino*, códice 268, f. 174.

“P.^a o mesmo. S.^e as queixas q. fes Fernão Carrilho do capitão Joseph Lopes de Espinolla”. 27 de outubro de 1702. *Arquivo Histórico Ultramarino*, códice 268, f. 174v.

“Para o governador geral do Maranhão. Sobre se lhe ordenar averigüe o procedimento do preto Jose Lopes Espinola e achando ser a guerra que foi fazer ao certão injusta faça pôr em liberdade os escravos nella”. 14 de novembro de 1703. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 66 (1948), p. 255.

Fuentes publicadas

ARANHA, Manuel Guedes (1883). “Papel político sobre o Estado do Maranhão” [c. 1682]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 46, 1ª parte, pp. 1-60.

BERREDO, Bernardo Perreira de (1749). *Annaes históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o que mais nelle tem succedido desde em que foy descoberto até o de 1718*. Iqitos: CETA/Abya-Yala/IIAP, s.d.

BETTENDORF, João Felipe, SJ (1990). *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão* [1698]. Belém: SECULT.

“Documentos sobre o preto Joseph Lopes Espinola que foi catequista entre os indígenas do rio Urubu e na missão de Anibá”. *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*, tomo 14 (1983), pp. 393-401.

FERREIRA, João de Sousa (1894). “America abreviada. Suas noticias e de seus naturaes, e em particular do Maranhão, titulos, contendias e instrucções a sua conservação e augmento mui uteis” [1693]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 57, pp. 5-153.

MORAES, Francisco Teixeira de (1877). “Relação historica e politica dos tumultos que succederam na cidade de S. Luiz do Maranhão” [1692]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 40, pp. 67-155 (Parte I) e pp. 303-410 (Parte II).

VIEIRA, Antônio, SJ (1997). “Ao príncipe D. Teodósio”. Cabo Verde, 25 de dezembro de 1652. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo. Lisboa: INCM, pp. 282-84.

Bibliografia

BALENO, Ilídio (1991). “Povoamento e formação da sociedade”. En: Santos, Maria Emília Madeira & Albuquerque, Luís de (eds). *História geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: IICT/DGPCCV, vol. I, pp. 125-178.

BALENO, Ilídio (2002). “Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão”. En: Santos, Maria Emília Madeira, ed. *História geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: IICT/INI, vol. III, 157-233.

BARRY, Boubacar (1988). *La Sénégambie du XV^e au XIX^e siècle: traite négrière, Islam et conquête coloniale*. Paris: Éditions L'Harmattan.

BOULÈGUE, Jean (2006). “Présences portugaises et sociétés africaines sur la côte de la ‘Guinée du Cap Vert’ aux XVI^e et XVII^e siècles”. En: Lang, Jürgen *et alii*, eds. *Cabo Verde. Origens de sua sociedade e de seu crioulo. Actas do Colóquio Internacional, Erlangen-Nürnberg, 23-25 de Setembro de 2004*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, pp. 45-52.

CARREIRA, António (1968). “A Guiné e as ilhas de Cabo Verde. A sua unidade histórica e populacional”. *Ultramar*, vol. VIII, n^o 4, pp. 70-98.

CARREIRA, António (1982). *The people of the Cape Verde islands: exploitation and emigration*. Londres: Archon Books.

CHAMBOULEYRON, Rafael (2005). *Portuguese colonization of the Amazon region, 1640-1706*. Ph.D, University of Cambridge.

CHAMBOULEYRON, Rafael (2006). “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, n^o 52, pp. 79-114.

COHEN, Zelinda (1995). “Administração das Ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização”. En: Santos, Maria Emília Madeira, ed. *História geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: IICT/INCCV, vol. II, pp. 191-206.

COUTINHO, Sérgio Ricardo (1998). “Frei Theodósio da Veiga e José Lopes Espínola; missionários do Rio Urubu (Amazônia – séc. XVII)”. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, vol. 2, n^o 1, pp. 5-15 (<http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>)

COUTINHO, Sérgio Ricardo (2001). “Negro, catequista e ‘capitão-do-sertão’ na Amazônia colonial”. *Amazônia IPAR*, ano 3, n^o 3, pp. 24-27.

CURTIN, Philip D. (1975). *Economic change in precolonial Africa: Senegambia in the era of the slave trade*. Madison: The University of Wisconsin Press.

FARAGE, Nádia. (1991). *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS.

PÉCORA, Alcir (2001). “A arte das cartas jesuíticas do Brasil”. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, pp. 17-68.

RENÔR, João (1982). “Presença e permanência da ordem do Carmo no Solimões e rio Negro no século XVIII”. En: Hoornaert, Eduardo, ed. *Das reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais (IX Simpósio Latino-americano da CEHILA, 1981)*. São Paulo: Paulinas, pp. 175-90.

RENÔR, João (1983). “A demografia dos vales do Amazonas e rio Negro depois do século XVII”. *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*, tomo 14, pp. 243-64.

SANTOS, Maria Emília Madeira (2002). “Escravos e escravocratas. Vadios e coronéis: a crise da sociedade caboverdiana nos séculos XVII e XVIII vista através dos ‘levantamentos’”. En: Henriques, Isabel Castro, ed. *Actas do Colóquio Internacional “Escravidão e transformações culturais. África – Brasil – Caraíbas. Universidade de Évora, 28, 29 e 30 de novembro de 2001*. Lisboa: Vulgata, pp. 145-59.

SILVA, António Leão Correa e (1995). “A sociedade agrária. Gentes das águas: senhores, escravos e forros”. En: Santos, Maria Emília Madeira, ed. *História geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: IICT/INCCV, vol. II, pp. 275-357.

SOMMER, Barbara (2005). "Colony of the *sertão*: Amazonian expeditions and the Indian slave trade". *The Americas*, vol. 61, n° 3, pp. 401-28.

SOMMER, Barbara (2006). "Cracking down on the *Cunhamenas*: renegade Amazonia traders under Pombaline reform". *Journal of Latin American Studies*, vol. 38, pp. 767-91.

SWEET, David. (1974). *A rich realm of nature destroyed: the middle Amazon valley, 1640-1750*. Tese de Doutorado (História), Universidade de Winsconsin.

SWEET, David & NASH Gary, eds. (1981). *Struggle and survival in colonial America*. Los Angeles: University of California Press.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz (1991). "Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução". En: Santos, Maria Emília Madeira & ALBUQUERQUE, Luís de, eds. *História geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: IICT/DGPCCV, vol. I.